

# ***PROGRAMA DE PROCEDIMENTO***

## **CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL**

***REF.ª CPI001/SICO/2025***

**Aquisição de serviços de Confeção e Fornecimento de refeições escolares na Sede da ETP Sicó em Avelar, polo de Alvaiázere e polo de Penela, no período de setembro de 2025 a julho de 2027**

## 1. OBJETO

O objeto do presente contrato consiste em concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para a **aquisição de serviços de Confeção e Fornecimento de refeições escolares na Sede da ETP Sicó em Avelar, polo de Alvaíazere e polo de Penela, no período de setembro de 2025 a julho de 2027** cujas características constam do Caderno de Encargos relativo ao presente procedimento.

## 2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a SICÓ FORMAÇÃO, Sociedade de Ensino Profissional, NIPC 504600109, sita na Rua Armando Moreira, nº186, 3240-311 Avelar, com o número de telefone: 236620500 e correio eletrónico: [sico@etpsico.pt](mailto:sico@etpsico.pt).

## 3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada, em reunião realizada no dia 22 de maio de 2025, pela Comissão Executiva, no exercício dos poderes que lhe estão atribuídos nos termos do art.º 19º dos estatutos da Sicó Formação SA.

## 4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

A Sicó Formação – Sociedade de Ensino Profissional SA é a entidade proprietária da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, vocacionada para o ensino e formação profissional de nível secundário e demais modalidades de ensino e formação e conta, atualmente, com 350 alunos. Apesar de dispor de instalações para as refeições escolares, não tem capacidade nem recursos humanos suficientes para a confeção das mesmas, pelo que é essencial adquirir serviços externos. Face ao número de refeições estimadas para o período definido para a presente contratação e ao valor base do presente procedimento, estima-se que o valor do contrato se situe acima dos limiares definidos na alínea c) do n.º3 do artigo 474.º do CCP.

Deste modo, o procedimento adotado para a presente contratação é o concurso público com publicidade internacional realizado nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

## 5. PEÇAS DO PROCEDIMENTO

As peças do concurso são integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

## 6. ESCLARECIMENTOS

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do programa do concurso e do caderno de encargos são da competência do júri designado para o presente procedimento.

2. Os pedidos de esclarecimento devem ser solicitados, nos termos da lei, por escrito, ao órgão competente designado para este procedimento, com a indicação da referência do concurso, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt/> até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

3. Os esclarecimentos aos pedidos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo órgão competente designado para este procedimento, através da plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt/> até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

4. Durante os prazos e nos termos referidos no n.º 3, poderá ainda a ENTIDADE ADJUDICANTE proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso e efetuar quaisquer esclarecimentos.

5. Os esclarecimentos e as retificações referidos no n.º 3 são disponibilizados na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt/> e juntos às peças do presente procedimento que se encontrem patentes para consulta.

6. Em caso de falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até ao termo dos prazos previstos e desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância dos prazos previstos no n.º 2, deverá o prazo para apresentação de propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado; esta prorrogação do prazo aproveita a todos os interessados.

7. As retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **7. DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA**

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo a que se refere o n.º6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);
- b) Ementas diversificadas para 6 semanas, com fichas técnicas completas, incluindo quantidades de géneros per capita no escalão máximo previsto para utentes com idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos de idade e garantir semanalmente 1 Prato de carne tipo bife/ costeleta/carne assada, grelhada ou estufada fatiada e 1 Prato à base de peixe à posta, assado, grelhado, ou cozido, bem como alternativas diárias para dietas e para ementas vegetarianas, obrigando-se o concorrente vencedor a cumprir as ementas apresentadas, nos termos das “Orientações Sobre Ementas e Refeitórios Escolares” da Direção-Geral da Educação;
- c) Memória descritiva dos atributos da proposta, que permitam a avaliação da Qualidade da Proposta, nos termos do ponto 13 do presente Programa de Procedimento;
- d) Documentação relevante para desempate entre candidaturas, nos termos previstos no ponto 13 do presente Programa de Procedimento;

- e) Indicação da marca e modelo de viatura afetarão ao serviço em caso de adjudicação nos termos do n.º 4 da cláusula 1.ª do Caderno de Encargos do presente procedimento;
- f) Indicação da marca e modelo do forno convetor afetarão ao serviço em caso de adjudicação nos termos do n.º 4 da cláusula 1.ª do Caderno de Encargos do presente procedimento;
- g) Documento anexo à proposta em conformidade com o Anexo I ao presente Programa de Procedimento, com informação da proposta de preço e informação relativa aos recursos humanos a afetar à prestação de serviço nos termos do n.º 7 da cláusula 1.ª do Caderno de Encargos do presente procedimento. Os valores do preço apresentados na proposta têm de ser obrigatoriamente em euros(€) e arredondados às centésimas(cêntimos);
- h) Declaração de inexistência de conflito de interesses em conformidade com o Anexo III ao presente Programa de Procedimento;
- i) Todos os outros elementos referidos no caderno de encargos aqui não enumerados;
- j) Para além das condições enumeradas os concorrentes podem apresentar propostas com serviços adicionais desde que de tal resulte melhoria do serviço a prestar e desde que não ponha em causa o cumprimento integral dos requisitos legais de funcionamento do serviço;
- k) Certidão permanente e/ou documento que justifique a legitimidade para apresentação e assinatura da proposta.

## **8. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

1. Todos os documentos que instruem a proposta, devem ser apresentados em língua portuguesa, nos termos do número 1 do artigo 58.º do CCP, podendo eventuais catálogos ou especificações técnicas avançadas dos equipamentos ou software ser disponibilizados em língua Inglesa, nos termos do número 2 do artigo 58.º do CCP.

2. A indicação dos preços constantes na proposta, têm de ser obrigatoriamente em euros(€) e arredondados às centésimas(cêntimos)não incluindo o IVA, em caso de divergência entre preços por extenso ou em algarismos, prevalecem os indicados por extenso, conforme disposto nos números 1 e 2 do artigo 60.º do CCP.

3. A entrega das propostas do presente concurso será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

4. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os ficheiros que a instruírem, nos termos legais.

## **9. PROPOSTA COM VARIANTES E ALTERNATIVAS**

Não são aceites propostas variantes.

## **10. NEGOCIAÇÃO**

As propostas não serão objeto de negociação.

### 11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo mínimo da obrigação de manutenção de proposta é de 66 dias.

### 12. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas até as 23:59 horas do 30º dia a contar da data de envio do anúncio do presente procedimento para o Jornal Oficial da União Europeia.

### 13. MODO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS/CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

As propostas serão avaliadas tendo em conta o estabelecido no n.º 1 alínea a) do artigo 74º do CCP, através da modalidade Multifator, pelo que será tido em conta o preço e apreciação da qualidade geral das propostas com as seguintes ponderações:

- a) Preço – 30% (30 pontos)
- b) Qualidade da Proposta – 70% (70 pontos)

A classificação final das propostas será expressa de 0 a 100 pontos, com aproximação às centésimas e obtida da seguinte forma:

CF = CP + CQP, em que:

CF= Classificação Final;

CP = Classificação do Preço proposto

CQP = Classificação da Qualidade da Proposta

#### a) A classificação do fator preço será obtida da seguinte forma:

$CP = (1 - PP/PB) \times 30$

Em que:

CP = Classificação do preço, com aproximação às centésimas

PP = Preço da proposta

PB – Preço Base

#### b) A pontuação da qualidade das propostas obtém-se através da soma das pontuações dos seguintes fatores:

#### RH - Recursos humanos afetos ao serviço (25 pontos)

O concorrente apresenta proposta com menos de 3 elementos afetos ao serviço a tempo inteiro	0
O concorrente apresenta proposta com 3 elementos afetos ao serviço a tempo inteiro e 3 elementos afetos parcialmente ao serviço em percentagem =» a 50%	10
O concorrente apresenta proposta com 4 elementos afetos ao serviço a tempo inteiro e 2 elementos afetos parcialmente ao serviço em percentagem =» a 50%	15
O concorrente apresenta proposta com 5 elementos afetos ao serviço a tempo inteiro e 1 elemento afeto parcialmente ao serviço em percentagem =» a 50%	20
O concorrente apresenta proposta com os 6 elementos afetos ao serviço a tempo inteiro	25

Nota: Considera-se afetação a tempo inteiro a prestação diária de 8 horas de trabalho nas instalações da adjudicante. Considera-se que uma maior percentagem de afetação à execução do serviço, tem um impacto significativo no nível de execução, nomeadamente no bom funcionamento do serviço e na qualidade das refeições confeccionadas e, consequentemente, na satisfação dos alunos pelo serviço prestado.

#### **CPC – Categoria/nível profissional dos(as) Cozinheiros(as) (20 pontos)**

Os 2 cozinheiros (as) com categoria profissional inferior a Cozinheiro 2ª	0
Os 2 cozinheiros (as) com categoria profissional de Cozinheiro 2ª	5
1 cozinheiro(a) com categoria profissional Superior ou igual a Cozinheiro 1ª e 1 cozinheiro(a) com categoria profissional de Cozinheiro 2ª	10
Os 2 cozinheiros (as) com categoria profissional Superior ou igual a Cozinheiro 1ª	20

Nota: Considera-se que a qualificação do pessoal afeto à execução do contrato tem um impacto significativo no nível de execução, nomeadamente na qualidade das refeições confeccionadas e, consequentemente, na adesão dos alunos ao serviço prestado.

#### **GCQ – Garantia e Certificação da Qualidade (20 pontos)**

Menos que 2 certificados (dos abaixo descritos)	0
2 certificados (dos abaixo descritos)	10
3 certificados (dos abaixo descritos)	15
4 certificados (os abaixo descritos)	20

Nota: Para este subfactor, serão consideradas as seguintes 4 certificações devidamente atualizadas e acompanhadas dos respetivos comprovativos emitidos por organismos competentes para cada referencial de certificação:

- Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade (Norma ISO 9001), ou equivalente;
- Certificado de Gestão Ambiental (Norma ISO 14001), ou equivalente;
- Certificado de Sistema de Gestão da Segurança Alimentar (Norma ISO 22000), ou equivalente;
- Certificado de Sistema de Gestão a Segurança e Saúde Ocupacional (Norma ISO 45001), ou equivalente;

#### **LPC – Licenciamento do concorrente para o fabrico de pratos cozinhados (5 pontos)**

O concorrente não apresenta documentos comprovativos do licenciamento para o fabrico de pratos cozinhados	0
O concorrente apresenta documentos comprovativos do licenciamento para o fabrico de pratos cozinhados	5

Nota: Considerando a eventual necessidade de intervenções ou obras na cozinha, ou por qualquer outra circunstância que não permitam utilizar pontualmente a cozinha e de modo a garantir o fornecimento de almoço aos alunos, sem interrupção, serão valorizadas as propostas de concorrentes que apresentam capacidade de fornecer refeições por si fabricadas. Para o efeito, considera-se que o concorrente dispõe de Licenciamento para o fabrico de

pratos cozinhados, com evidência de documentos comprovativos, nomeadamente licença sanitária, autorização para laboração ou exploração industrial e número de registo veterinário oficial com atribuição do número de controle veterinário, emitido pelo Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

**Em caso de empate**, adota-se como critério de desempate, a melhor pontuação obtida na qualidade das propostas. Mantendo-se o empate, adota-se como segundo critério, a melhor pontuação obtida no subfactor Recursos Humanos Afetos ao Serviço. A persistir o empate, adota-se como terceiro fator de desempate a melhor pontuação obtida no subfactor categoria/nível profissional dos(as) cozinheiros(as). A persistir o empate, adota-se como quarto fator de desempate a melhor pontuação obtida no subfactor Licenciamento do concorrente para o fabrico de pratos cozinhados. A persistir o empate, adota-se como quinto fator de desempate o tempo de experiência do concorrente na prestação de serviço similar, devidamente comprovado.

Sem prejuízo dos critérios de adjudicação definidos, as propostas deverão apresentar ementas diversificadas para 6 semanas, com fichas técnicas completas, incluindo quantidades de géneros *per capita* no escalão máximo previsto para utentes com idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos de idade e garantir semanalmente 1 Prato de carne tipo bife/costeleta/carne assada, grelhada ou estufada fatiada e 1 Prato à base de peixe à posta, assado, grelhado, ou cozido, bem como alternativas diárias para dietas e para ementas vegetarianas, obrigando-se o concorrente vencedor a cumprir as ementas apresentadas, nos termos das “Orientações Sobre Ementas e Refeitórios Escolares” da Direção-Geral da Educação.

#### 14. CAUÇÃO

O valor da caução é de 5% do preço contratual, conforme n.º 1 do artigo 89.º do Código dos Contratos Públicos, devendo ser prestada por garantia bancária, de acordo com o modelo constante do Anexo II ou outro modo legalmente permitido, proposto pelo adjudicatário e aceite pela entidade adjudicante.

#### 15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O adjudicatário deverá, no prazo de cinco dias após ser notificado da adjudicação, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual e tendo em conta alterações posteriores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- b) Dados de identificação do(s) representante(s)/outorgante(s), necessários para a celebração do contrato;
- c) Documentos comprovativos de não se encontrar nas situações previstas nas alíneas b), d) e e) e h) do número 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, na sua versão

- atual e tendo em conta alterações posteriores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- d) RCBE ou código de acesso para consulta;
  - e) Certificações de qualidade válidas que lhe tenham sido atribuídas por organismos independentes para a certificação da conformidade dos seus serviços com determinadas normas de garantia da qualidade;
  - f) Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo Adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis destinado ao seu suprimento.
  - g) Da apresentação dos documentos de habilitação, do adjudicatário, são notificados, em simultâneo, todos os concorrentes, via mensagem, enviada através da plataforma eletrónica referida, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibilizando-os para consulta de todos os concorrentes, nos termos do disposto no artigo 85.º do CCP.

## **16. EXCLUSÕES**

A proposta será objeto de exclusão, entre outros motivos previstos no código dos contratos públicos, se apresentar um preço anormalmente baixo. Será considerado um preço anormalmente baixo se inferior a 75% do preço base, considerando-se que abaixo desse valor não será possível assegurar a execução do serviço de forma eficiente e eficaz e fornecer as refeições com a qualidade desejada. Pretende-se garantir a segurança alimentar, a qualidade nutricional dos alimentos e a promoção de práticas sustentáveis e saudáveis ao longo de toda a cadeia de produção e consumo. Este valor foi calculado com base no histórico de contratações atuais e anteriores para o mesmo tipo de serviço, nas alterações previstas para a execução do presente contrato, nomeadamente passando de um para dois locais de confeção, nos requisitos exigidos ao nível de recursos humanos para os dois locais de confeção e considerando ainda a inflação esperada nos dois próximos anos.

## **17. JÚRI DO PROCEDIMENTO**

O presente procedimento é conduzido por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, conforme deliberação de 22 de maio de 2025, e nos termos dos artigos 67º e 69º do CCP.

## **18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A tudo o que não esteja especialmente regulamentado aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, bem como as suas alterações ou portarias regulamentares publicadas posteriormente.



---

**O Presidente da Comissão Executiva**

---

*(António José Vicente Domingues)*

**O Vogal da Comissão Executiva**

---

*(João Paulo Carvalho Guerreiro)*

## ANEXO I

### Modelo de declaração de proposta de preço e quadro de pessoal a afetar ao serviço

**Nome do concorrente**, com sede na **morada do concorrente**, pessoa coletiva nº \_\_\_\_\_, matriculada na Conservatória do registo Comercial de \_\_\_\_\_ sob o nº \_\_\_\_\_, com capital social de \_\_\_\_\_ €, depois de ter tomado conhecimento do procedimento \_\_\_\_\_, obriga-se ao fornecimento e confeção das refeições, nos termos do caderno de encargos, pelo preço unitário de €\_\_\_\_,\_\_\_\_ (em euros(€) e por extenso, arredondado às centésimas(cêntimos)) para a Sede – Avelar, de €\_\_\_\_,\_\_\_\_ (em euros(€) e por extenso, arredondado às centésimas(cêntimos)) para o Polo de Alvaiázere, e de €\_\_\_\_,\_\_\_\_ (em euros(€) e por extenso, arredondado às centésimas(cêntimos)) para o Polo de Penela, o que corresponde ao preço global de €\_\_\_\_,\_\_\_\_ (em euros(€) e por extenso, arredondado às centésimas(cêntimos)), valores que não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Sobre aqueles preços acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que afetará à presente prestação o seguinte quadro de pessoal:

Local (Sede ou Polo de Penela)	N.º de Funcionários	Categoria/Nível Profissional	Tempo de Afetação à Prestação do Serviço

Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

\_\_\_\_\_

---

## ANEXO II

### Modelo de declaração bancária

Procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), cujo anúncio foi publicado no Diário da República de... e no Jornal Oficial da União Europeia de....

... (designação, número de identificação fiscal e sede) (adiante, instituição de crédito), neste ato representada por... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de... (qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra), com poderes para o ato, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) (adiante, candidato) venha a apresentar no referido procedimento, o seguinte:

a) A instituição de crédito obriga-se, perante o candidato e... (designação, número de identificação fiscal e sede da entidade adjudicante), a pôr à disposição do candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;

b) Em cumprimento da obrigação prevista no número anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a instituição de crédito atribui ao candidato uma linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;

c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

... (local),... (data),... (assinatura).

### ANEXO III

#### Declaração de conflito de Interesses

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que

a) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

b) Não detém qualquer participação social ou interesses nas associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

c) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com outras entidades cuja atividade possa colidir com o exercício das atribuições e competências da entidade adjudicante e que possa originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;

d) Se ao longo da prestação dos serviços / do fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) vier a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos acima indicados, compromete-se a informar a entidade adjudicante desse facto e a tomar as medidas necessárias para a sua superação;

e) Não existe conflito de interesse com os demais concorrentes do presente procedimento, ou com familiares destes, que ponha em causa a sua garantia de independência;

f) Não existe conflito de interesse, nem por parte da sua representada, nem de qualquer dos membros da equipa técnica, que ponha em causa a garantia de independência na execução das diferentes tarefas necessárias / no fornecimento dos bens (selecionar consoante o tipo de contrato) necessários à boa execução do contrato;

... (local),... (data),... [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»